

ca-se em novo quadro: para as corporações transnacionais não há decadência econômica. Por outro lado, parece cada vez mais cínico atribuir a estagnação à falta de poupança interna. Como também o parece a tentativa de construir uma ideologia demagógica que culpa a “concorrência desleal” dos japoneses pelos problemas ianques.

O capítulo terceiro trata da política de supremacia externa, que impede qualquer tentativa consistente de recuperação interna: “A construção imperial global dos Estados Unidos produz, no plano interno, uma economia e uma sociedade bipartidas, típicas do Terceiro Mundo: a maioria da população liga-se a uma economia decadente e uma elite às redes globais que se alimentam dos serviços privados e subsídios públicos”. Trata-se, para os autores, de alternativas excludentes: “o Estado não pode simultaneamente manter um império global e fornecer os serviços e fundos tão críticos para o revivescimento de uma economia nacional mais dinâmica” (p. 64). Os índices de declínio na saúde, equipamentos urbanos e segurança pública são, nesta parte, impressionantes. Assim, o preço pago pelo florescimento do setor internacionalizado é o *welfare state* americano. Por sua vez, no plano da

participação política, o enfraquecimento do Legislativo e a desvalorização do eleitorado são ao mesmo tempo causa e consequência do sucesso no plano global. No epílogo, os autores mostram como, apesar das promessas, o governo Clinton não apresentou nesse sentido qualquer modificação digna de nota na agenda neoliberal.

Publicado em 1995, *Empire or republic?* mereceria hoje uma atualização, que examinasse as recentes tendências de crescimento e a propalada revitalização da economia americana. Por outro lado, no livro de Petras e Morley o leitor não encontra pistas para uma alternativa de resistência ao neoliberalismo, por parte dos setores sociais que sofrem suas consequências. Recentemente, porém, a maior greve dos últimos 25 anos nos Estados Unidos — envolvendo 180 mil trabalhadores na gigantesca empresa UPS, que praticamente monopoliza a entrega de encomendas no país — parece apontar para os limites suportáveis da tercerização e do emprego do trabalho parcial. É necessário esperar para ver os efeitos de médio prazo desse movimento sobre o sindicalismo americano. De todo modo, evidenciou-se aí que há afinal um chão para as sucessivas voltas no parafuso da reengenharia neoliberal.

## Ruy Braga

*A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*

São Paulo, Xamã, 1997 — 298 páginas

Hector Benoit (professor do Departamento de Filosofia da Unicamp)

Em sentido contrário às análises dominantes (quase todas, de uma maneira

ou de outra, apologéticas do capitalismo contemporâneo ou apenas lamen-

tações chorosas diante da cruel realidade “globalizada”) constrói-se este livro de Ruy Braga. O autor estuda a *reestruturação produtiva* do capitalismo contemporâneo procurando mostrá-la enquanto fincada no processo de restauração da *ordem* (econômica e política) do capital, portanto, assim, como inseparável do desenvolvimento de um certo estágio e correlação da *luta de classes* a nível internacional. Ao recolocar a luta de classes como eixo e princípio das discussões, Braga reconduz as polêmicas a respeito da reestruturação produtiva para o verdadeiro terreno teórico da obra de Marx. Muitos anunciam a dissolução virtual da lei do valor, o fim do mundo do trabalho, a necessária submissão às leis irreversíveis do mercado globalizado, o reconhecimento da ciência como principal força produtiva e muitas outras teorias (ou melhor, ideologias) futuristas, como se tudo isso fossem fatos objetivos de uma história (ou estória) natural da economia. No entanto, aqueles filósofos, sociólogos e economistas (Habermas, Gorz, Kurz, Hayek, etc...) que nos contam esses mitos teóricos, se “esquecem” de relatar que as suas doces fantasias “pós-industriais”, “pós-mundo-do-trabalho”, “pós-fordistas”, “pós-qualquer-coisa”, fundam-se ainda na violência da luta de classes e vinculam-se ainda a antigos e velhos pesadelos similares àqueles da acumulação originária do capital (origem que sempre se conserva e se reproduz de maneira ampliada). Como nos paraísos idílicos da Economia Política Clássica não aparecia a certidão de nascimento do capital (sangue de criança jorrando por todos os lados, dizia Marx), assim

também hoje se esconde a gênese da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo.

Como nos mostra Ruy Braga, por trás da ideologia do “neoliberalismo”, “pós-fordismo”, “toyotismo” ou “ohnismo”, existe uma reestruturação do processo produtivo que visa fundamentalmente quebrar a resistência dos trabalhadores e massacrar a construção de qualquer projeto socialista revolucionário. As mutações técnico-organizacionais, por exemplo, são estruturadas visando a subalternidade objetiva e subjetiva dos trabalhadores na produção, assim como a destruição das formas institucionais de organização, representação e luta. Enquanto nas grandes fábricas, como a Toyota, surge uma virtuosidade fantástica aparentemente além de qualquer conflito de classe, perto de 73% do valor total do produto é fabricado no exterior da empresa principal em condições de subremuneração e superexploração. Via de regra, a terceirização e precarização caminham juntas e por trás das grandes fábricas-vitrines estão enormes porções de mais-valia absoluta onde o trabalho infantil e de imigrantes é extraído a níveis do (velho) século XIX. Evidentemente, toda essa reestruturação, como pregava abertamente já Hayek (um dos precursores da ideologia neoliberal), passa de maneira obrigatória pelo enfraquecimento ou quebra dos sindicatos e, para isso, a fórmula utilizada não é nada original ou “pós-qualquer-coisa” (ainda que aplicada numa dose talvez jamais vista). Para quebrar os sindicatos criou-se um imenso exército de reserva e massas enormes de desempregados vagam pelo mundo como na

aurora do capitalismo, quando, nas palavras de Thomas Morus, “ovelhas comiam homens”. Para temperar a velha receita terrorista do capital, cortam-se os orçamentos da saúde e educação públicas, o Estado retira os investimentos sociais e assim acirra a concorrência dos trabalhadores entre si a níveis jamais vistos: “que sobrevivam os mais aptos”, recomendam os ideólogos da classe dominante, propagandeando ao mesmo tempo que a força de trabalho não é mais necessária para a valorização do capital. Teríamos chegado ao fim da História (dizem eles) e o capitalismo teria definitivamente vencido. Sem horizontes, os trabalhadores, as lideranças sindicais, a juventude e boa parte da intelectualidade vaga sem direção e sem programa.

Nesse sentido, o livro de Ruy Braga (apesar de ser, originalmente, apenas uma tese de mestrado) é já uma grande contribuição para compreender (e combater) teoricamente tal realidade e tais mitos da ideologia contemporânea. No primeiro capítulo, Braga discute a chamada “crise do trabalho”, segundo as formulações de Gorz e Kurz. No capítulo segundo, trata das teses sobre o pós-fordismo analisando a teoria da *regulação* e da *especialização flexível*, sobretudo, a partir das obras de Aglietta, Piore e Sabel. Já nestes dois capítulos, o autor nos mostra alguns dos limites dessas análises, ressaltando o caráter fragmentário e economicista mascarador da totalidade histórica. No entanto, é particularmente a segunda parte do livro (capítulos 3, 4 e 5) que se mostra como a maior contribuição ao debate. Nestes capítulos, Braga procura “atualizar a luta de classes no que concerne à crise contem-

porânea e seus desdobramentos”. Sustenta, primeiramente, que os fundamentos de tal crise situam-se no processo de acirramento da luta de classes durante o decorrer do pós-guerra, sendo inseparáveis do desenvolvimento da União Soviética e da questão do imperialismo. Sem dúvida, tem toda razão quando afirma que as análises sobre a crise contemporânea, “quer em sua modalidade *abolição do trabalho*, quer em sua variante *crise do sistema industrial de produção em massa*, somente podem se desenvolver a partir da abstração da historicidade do período da chamada ‘Guerra Fria’.”

No entanto, se o autor corretamente procura superar essa abstração da historicidade, em alguns aspectos, os seus esforços poderiam ter sido levados mais longe. Para efetivamente concretizar essa historicidade do pós-guerra e, assim, a luta de classes do período, sem dúvida, é necessário analisar (ainda que a título indicativo) a *crise da direção revolucionária* dos próprios trabalhadores, crise esta expressa sobretudo nas políticas colaboracionistas conduzidas pelos partidos comunistas em todo o mundo, que sistematicamente traíram a classe trabalhadora durante décadas, intervindo nos sindicatos, nas greves e nas situações de crise. Não acredito que isto seja possível apoiando-se tanto — como faz Braga — em historiadores comprometidos direta ou indiretamente com essas traições (por exemplo, Hobsbawm). Se é interessante a tentativa que faz de atualizar certas categorias gramscianas, como aquelas de “crise orgânica” e de “revolução passiva”, para compreender a reestruturação produtiva do capital, por outro lado, alguns trechos de autores

gramscianos citados lembram bastante, pelo seu jargão exótico, o linguajar dos “pós-modernistas”. Nesse sentido recordo trecho citado de Tosel (p. 221), no qual se propõe “inventar um metajacobinismo inédito, antítese da hegemonia burguesa, característica da guerra de posição, um metajacobinismo com função de anti-revolução passiva.” Paralelamente à limpeza desse exotismo “pós-gramsciano” que parece-me totalmente dispensável nas sérias reflexões de Ruy Braga, acredito que as suas análises se fortaleceriam se recorresse diretamente com mais frequência à própria obra de Marx e sobretudo a *O Capital*. Afinal, se as teses fundamentais de Marx estão presentes no trabalho de Braga e são aplicadas de maneira brilhante à realidade contemporânea, julgo que, um maior apoio na própria *letra* de Marx teria sido possível sem maiores dificuldades, dando maior solidez às demonstrações do autor.

Sobretudo, a seção quarta do primeiro livro de *O Capital* (“A produção da mais-valia relativa”) poderia ter sido mais utilizada conceitualmente e poderia ter fortalecido as análises de Braga. Como o autor de *A restauração do capital*, mostra Marx, naquela seção, que todo processo de desenvolvimento da força produtiva do trabalho coincide no capitalismo com um aumento da exploração e assim da submissão dos trabalhadores, sendo assim inseparável do processo de luta de classes. Da mesma forma, parece-me que poderia Braga ter utilizado mais proveitosamente para as suas teses o capí-

tulo XXIV de *O Capital*. A atual reestruturação produtiva não poderia ser interpretada como uma espécie de “restauração” da acumulação primitiva ou originária do capitalismo? Isto é, uma espécie de “restauração” do princípio originário e estrutural do modo de produção capitalista? De qualquer forma, ainda que não explicitamente, parece-me que nessa direção clássica apontam as brilhantes análises do autor. Uma maior explicitação conceitual certamente poderá vir em suas próximas obras.

Ressaltamos ainda que o livro de Ruy Braga é acompanhado dos interessantes ensaios de Ângela Tude de Souza (prefácio p. 13-53) e de Edmundo Fernandes Dias (posfácio p. 277-298), assim como da apresentação de Ricardo Antunes que valorizam e atestam a seriedade e o rigor deste trabalho acadêmico na área de Trabalho e Sindicalismo, tese que, apesar de acadêmica, permanece ousada e militante. Como escreve a professora Tude de Souza ao final do seu prefácio: “Trata-se assim de uma abordagem que tenta rearticular toda uma tradição teórica da análise crítica aos problemas de atualização histórica das categorias conceituais herdadas do pensamento marxista em sua unidade fecunda com as lutas operárias e socialistas, pela superação do modo de produção capitalista e de seu horizonte intelectual e filosófico. Uma intervenção intelectual elaborada, portanto, no interior da unidade teoria-prática, própria da filosofia da práxis e do pensamento social de inspiração revolucionária”.

BENOIT, Hector. Resenha de: BRAGA, Ruy. A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997, 298p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995, p.168-171.

***Palavras-chave:*** Capital; Crise contemporânea; Reestruturação Produtiva; Capitalismo.